

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ELABORAÇÃO DA CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

TIPO DE PROCEDIMENTO: AJUSTE DIRETO

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: 02/PS/2025 – 2024/300.10.005/76

PREÇO BASE: 19.500,00 €

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Proença-a-Nova, com sede na Avenida do Colégio, s/n, 6150-401 Proença-a-Nova, com os seguintes contactos:

Website: www.cm-proencanova.pt

Email: geral@cm-proencanova.pt; concursos@cm-proencanova.pt

Plataforma eletrónica: ACIN - ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>)

Telefone: (351) 274 670 000

Fax: (351) 274 672 697

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente procedimento de ajuste direto, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto a contratação de serviços relativos à elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH) do concelho de Proença-a-Nova, em alinhamento com a Lei de Bases da Habitação e demais legislação em matéria de habitação, de acordo com as especificidades e características técnicas que se encontram melhor definidas no caderno de encargos.

2.2. Os serviços objeto do presente concurso são classificados de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008, que correspondem ao seguinte código e descrição: **71310000-5 - Serviços de planeamento urbano.**

3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do senhor Presidente da Câmara, de acordo com as competências próprias conferidas pelas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, bem como do artigo 38.º do CCP.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

4.1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, no **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- 4.2. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
- 4.3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica ACIN -ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo os interessados ser imediatamente notificados desse facto;
- 4.4. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente convite, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência;
- 4.5. O órgão competente para a decisão de contratar ou o órgão para o efeito designado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos necessários e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 4.6. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 4.7. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 4.8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.
- 4.9. Sendo convidada apenas uma entidade a apresentar proposta, em que o júri é dispensado, nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, por despacho do órgão competente para a decisão de contratar, foi delegado no trabalhador que subscreveu a proposta de abertura de procedimento, ou em caso de impedimento, por quem for designado pelo seu superior hierárquico, todas as competências legalmente passíveis de delegação, nomeadamente: prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP; disponibilizar as listas sobre erros e omissões identificados pelos interessados, e respetiva pronúncia do órgão competente para a decisão de contratar; solicitar esclarecimentos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 71.º e no artigo 72.º do CCP; prorrogar o prazo fixado para a apresentação de propostas, após decisão do órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

5. PREÇO BASE

- 5.1. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a aquisição de serviços objeto do presente procedimento.
- 5.2. O preço base fixado para a presente aquisição de serviços é no valor de **€ 19.500,00 (dezanove mil e quinhentos euros)** acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.
- 5.3. Os critérios que estiveram na génese da determinação do preço base foi a consulta preliminar ao mercado.
- 5.4. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
- 5.5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- 5.6. A proposta que apresente preço superior ao preço base é excluída;

6. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para a presente prestação de serviços não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

7. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 7.1. A proposta é constituída pelos documentos abaixo indicados que, conforme indicado no ponto 9.1, deverão ser carregados diretamente no ponto **“5. Proposta”** do formulário, ao qual deverá aceder através do link “Clique Aqui”, disponível no **convite enviado via email pela plataforma eletrónica Acingov**:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, cujo modelo se anexa - **ANEXO I**;
 - b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, com indicação dos atributos da proposta, nomeadamente a indicação do preço global e prazo de vigência do objeto da presente aquisição de serviços, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada de acordo com o **ANEXO II** ao presente convite;
- 7.2. O concorrente deverá apresentar ainda os seguintes documentos:
 - a) Certidão permanente da empresa ou indicação do respetivo código de acesso, no caso de pessoas coletivas, (ou os estatutos e atas da eleição e tomada de posse, no caso de Associação), ou documento comprovativo do exercício da atividade, com indicação do respetivo CAE, no caso de empresários em nome individual.
 - b) Declaração com a identificação do representante do concorrente para o desempenho

das funções de interlocutor com a entidade adjudicante, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente convite;

- c) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento;

7.3. A proposta e os documentos referidos no n.º anterior devem ser **assinados digitalmente, através de assinatura eletrónica**, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos seguintes termos:

- a) Se os documentos que instruem a proposta forem assinados, por procurador ou representante legal do concorrente, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito e constitua pública-forma;
- b) Se forem assinados por sócio do concorrente, na qualidade de representante legal, a apresentação obrigatória da procuração pode ser dispensada, mediante o envio de documento que permita conferir os poderes de representação.

7.4. (Se aplicável) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante da proposta, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, conforme n.º 7 do art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto (Certidão de teor do pacto social da empresa, devidamente atualizada, ou, a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt));

7.5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira (sendo os idiomas admitidos, neste caso, o inglês, o francês e o espanhol), devendo o concorrente, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

8. CONCORRENTES

8.1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.

8.2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser carregados e submetidos, diretamente no ponto **“5. Proposta”** do formulário, acessível através do **link: “Clique Aqui”**, **disponibilizado no convite à apresentação de propostas** (enviado via email pela plataforma eletrónica acinGov), devendo ser assinados mediante assinatura eletrónica. (Poderá consultar o

manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de apoio”, no menu principal “Ajuda”).

9.2. O prazo limite para a apresentação das propostas é até às **23h59, do 6.º dia** a contar da data do envio do convite.

9.3. A proposta deverá ser apresentada em estrita observância das condições estabelecidas no presente convite e no caderno de encargos, sem possibilidade de apresentação de propostas variantes.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

11. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especificidade dos serviços a prestar e em face do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do CCP.

12. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS E PROPOSTAS VARIANTES

12.1 As propostas não serão objeto de negociação.

12.2 Não são admitidas propostas variantes.

13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município, na modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP).

14. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Não aplicável.

15. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

O presente procedimento não contempla a adjudicação por lotes.

16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES

16.1. No prazo de **cinco dias** a contar da data de notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar diretamente no **formulário disponibilizado pela plataforma eletrónica acinGov**, reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do

CCP, nomeadamente:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (Anexo II do CCP), conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente convite;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º, designadamente:
 - i. Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 83.º-A o adjudicatário deve apresentar certificado de registo criminal (no caso de pessoas coletivas, a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência) ou na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resultem que se encontram satisfeitos os requisitos previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º;
 - ii. Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 83.º A, os documentos referidos nos números anteriores podem ser substituídos por uma declaração sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo qualificado.
 - c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a Empresa seja nacional;
 - d) Declaração comprovativa da regularização da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - e) Documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso, caso se trate de pessoa coletiva, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
 - i. Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
 - ii. O incumprimento da obrigação prevista na alínea e), determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.
 - f) Documento com a indicação/identificação do(s) outorgante(s) do contrato e n.º e data de validade do cartão de cidadão (se aplicável), bem como documento comprovativo dos poderes para o ato.
- 16.2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 dias úteis.
- 16.3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias, nos

termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

16.4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, por força do disposto no n.º 10 do citado artigo.

17. AGRUPAMENTOS

Considerando que o presente procedimento foi adotado ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, a entidade convidada não poderá integrar um agrupamento, por força do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do citado diploma.

18. CONTRATO

18.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito, quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10.000,00.

18.2. Salvo no caso previsto no número anterior, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo sê-lo em suporte de papel quando não tiver sido utilizada plataforma eletrónica para tramitação do procedimento.

18.3. Aceitação da minuta de contrato

- a) Após aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.
- b) A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo concorrente quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

18.4. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.

18.5. Reclamações contra a minuta

As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

18.6. Celebração/outorga de contrato escrito

Para a celebração do contrato não é exigido o prazo de 10 dias previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, por força da alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 104.º do CCP, comunica ao adjudicatário, o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

18.7. Não outorga do contrato

A adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
- b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;

19. FORO JUDICIAL

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite, aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e legislação complementar.

O Presidente da Câmara

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO – ANEXO I DO CCP

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento designado: **“Elaboração da Carta Municipal de Habitação”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara, também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3)

a) -----

b) -----

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinara aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), [Data], [Assinatura] (4) Assinar digitalmente, através de assinatura eletrónica.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) o n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

_____, na qualidade de legal representante da firma _____ (denominação social da empresa concorrente NIPC e sede) depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato relativo ao procedimento designado: **“Elaboração da Carta Municipal de Habitação”**, cujo processo tem a referência **02/PS/2025 – 2025/300.10.005/76**, a que se refere o convite enviado via plataforma eletrónica, obriga-se a cumpri-lo integralmente em conformidade com o caderno de encargos, pelo valor de € _____ (_____) (indicar a importância por algarismos e por extenso), no prazo máximo de vigência/ entrega ou execução de **240** dias.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de ____%, no montante de € _____, perfazendo o valor global de € _____.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)) (Assinar digitalmente, através de assinatura eletrónica)

ANEXO III

(IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES)

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), nomeio, para efeitos de representação da entidade na execução do contrato designado: **“Elaboração da Carta Municipal de Habitação”**, o _____ (nome do técnico/funcionário) contactável através do contato telefónico _____ e do endereço de email _____, o qual servirá de interlocutor com a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato.

[Local]

[Data]

(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)) (Assinar digitalmente, através de assinatura eletrónica)

ANEXO IV

Anexo II do CCP - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento designado: **“Elaboração da Carta Municipal de Habitação”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]. (assinar digitalmente através de assinatura eletrónica)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

***Nota:** Este documento, solicitado no ponto 16 do convite, deverá ser apresentado, só posteriormente, após a decisão de adjudicação.